

Felipe Duque

Manual de
Processo
TRIBUTÁRIO
ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

2ª edição

2025

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	7
AGRADECIMENTOS	9
CAPÍTULO 1 – PROCESSO TRIBUTÁRIO.....	27
1.1. ENTENDENDO O BÁSICO – FORMAS DE PROCESSO TRIBUTÁRIO	27
1.2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	29
CAPÍTULO 2 – PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....	35
2.1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....	35
2.1.1. Princípio da legalidade.....	35
2.1.2. Impessoalidade.....	37
2.1.3. Moralidade.....	39
2.1.4. Publicidade	40
2.1.5. Eficiência.....	51
2.1.6. Inafastabilidade do Controle Jurisdicional das Decisões Administrativas	53
2.1.6.1. Coisa julgada na esfera administrativa?.....	55
2.1.6.2. Aprofundamento: Cabe ação popular para anular decisão do CARF?	64
2.1.7. Devido processo legal.....	65
2.1.8. Contraditório e ampla defesa.....	66
2.1.8.1. Amicus Curiae no Processo Administrativo Tributário.....	69
2.1.9. Duração razoável do processo	75
2.1.9.1. Aprofundamento: Da (Im)possibilidade de aplicação da prescrição intercorrente em processo administrativo fiscal (PAF) que discute penalidades aduaneiras.....	79
2.1.10. Motivação das decisões	81

2.1.11.	Segurança jurídica.....	84
2.1.11.1.	Aprofundamento: <i>venire contra factum proprium</i>	87
2.2.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF) – FEDERAL – NÃO CONTENCIOSO: CONSULTA.....	90
2.2.1.	Da Legitimidade para Formular Consulta.....	91
2.2.2.	Dos efeitos da consulta.....	91
2.2.3.	Dos requisitos da Consulta.....	92
2.2.4.	Da competência para a solução da consulta.....	92
2.2.5.	Da ineficácia da consulta.....	93
2.2.6.	Da solução da consulta.....	93
2.2.7.	Da mudança de entendimento.....	94
2.2.8.	Do recurso especial.....	95
2.2.9.	Da representação.....	96
	Aprofundando um pouco mais.....	96
2.3.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF) – FEDERAL.....	98
2.3.1.	Um fluxograma simplificado.....	98
2.3.2.	Fase de Instauração.....	100
2.3.3.	Fase de impugnação.....	108
2.3.3.1.	Aprofundamento: Formação de CDA sem processo administra- tivo.....	109
2.3.3.2.	Forma de Apresentação da Impugnação.....	110
2.3.3.3.	Requisitos da Impugnação.....	110
2.3.3.4.	Aprofundamento: reflexões sobre o Acesso ao Poder Judiciário.....	114
2.3.3.5.	Composição extrajudicial pela AGU x proposta de transação tributária.....	123
2.3.4.	Intimações.....	124
2.3.5.	Julgamento e questões correlatas.....	127
2.3.5.1.	Competência para Julgamento das Impugnações.....	127
2.3.5.2.	Prioridade de Julgamento.....	129
2.3.5.3.	Ordem de Julgamento e Prazos.....	130
2.3.5.4.	Livre Convencimento Motivado.....	131
2.3.5.5.	Ônus da prova.....	131
2.3.5.6.	Decisão do Processo Administrativo Fiscal.....	134
2.3.5.7.	Questões Preliminares.....	134
2.3.5.8.	Reconhecimento de Inconstitucionalidade de Norma.....	136
2.3.5.9.	Reconhecimento de inconstitucionalidade de ato administrativo.....	140
2.3.6.	Fase recursal.....	141
2.3.6.1.	Embargos de declaração.....	142

2.3.6.1.1.	Procedimento para interposição dos embargos.....	143
2.3.6.1.2.	Admissibilidade e decisão	143
2.3.6.1.3.	Ciência do Acórdão.....	143
2.3.6.1.4.	Erros materiais	144
2.3.6.2.	Recurso Voluntário e Recurso de ofício.....	145
2.3.6.2.1.	Recurso voluntário	145
2.3.6.2.2.	Inconstitucionalidade do depósito prévio ou arrolamento de bens como condição de procedibilidade de recurso	145
2.3.6.2.3.	Recurso de ofício ou "Remessa Obrigatória"	146
2.3.6.3.	CARF	148
2.3.6.3.1.	O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	148
2.3.6.3.2.	Escolha e designação de Conselheiros	149
2.3.6.3.3.	Mandato dos Conselheiros	149
2.3.6.3.4.	Presidência e Estrutura do CARF.....	150
2.3.6.3.5.	Atualizações do Regimento Interno do CARF	150
2.3.6.3.6.	Designação dos Presidentes e Vice-Presidentes.....	150
2.3.6.3.7.	O voto de qualidade no CARF	151
2.3.6.3.8.	Aprofundamento: Validade dos julgamentos proferidos no CARF com base no voto de qualidade previsto no art. 25, § 9º, do Decreto 70.235/72	152
2.3.6.3.9.	Aprofundamento: a impossibilidade de aplicação retroativa do artigo 28 da Lei nº 13.988/20, que adicionou o artigo 19-E à Lei nº 10.522/02.....	153
2.3.6.4.	Recurso Especial.....	157
2.3.6.4.1.	Recurso Especial.....	157
2.3.6.4.2.	Função Uniformizadora.....	158
2.3.6.4.3.	Competência e Prazos.....	158
2.3.6.4.4.	Distinção do Recurso Especial (STJ).....	158
2.3.6.4.5.	Procedimento	159
2.3.6.4.6.	Disposições do Regimento Interno.....	159
2.3.6.5.	Do Agravo	160
2.3.6.5.1.	Situações de não Cabimento do agravo.....	160
2.3.6.5.2.	Procedimento do agravo	160
2.3.6.6.	Pedido de reconsideração	161
2.3.6.6.1.	Natureza e Função	161
2.3.6.6.2.	Inadmissibilidade no Processo Administrativo Fiscal Federal	162

2.3.6.6.3.	Possibilidade nas Esferas Estaduais e Municipais....	162
2.3.6.7.	Das súmulas.....	162
2.3.6.7.1.	Edição e aprovação de Súmulas.....	163
2.3.6.7.2.	Proposição de Súmulas	163
2.3.6.7.3.	Revisão e Cancelamento de Súmulas	163
2.3.6.7.4.	Iniciativa de Súmulas	163
2.3.6.7.5.	Procedimento e Eficácia das Súmulas	164
2.3.6.7.6.	Efeito Vinculante das Súmulas	164
2.3.6.8.	Do pedido de desistência.....	164
2.3.6.8.1.	Procedimento de Desistência.....	164
2.3.6.8.2.	Efeitos da Desistência	165
2.3.6.8.3.	Desistência e Parcelamento	165
2.3.6.8.4.	Limitações da desistência.....	166
2.3.7.	Encerramento do PAF.....	166
2.3.8.	Cumprimento da Decisão	166
2.3.9.	Conversão de depósito em renda.....	166
2.3.10.	Insuficiência ou Excesso de Depósito.....	166
2.3.11.	Execução da perda de mercadorias ou bens.....	167
2.3.12.	Julgados relevantes:	167
2.3.13.	O que muda com a Reforma Tributária no Processo Administrativo Tributário?	169
2.3.13.1.	Introdução	169
2.3.13.2.	Do PLP 68/2024 à LC 214/2025	170
2.3.13.2.1.	Estrutura de Governança Compartilhada (Art. 317).....	170
2.3.13.3.	Instâncias de Harmonização Tributária e Jurídica (Art. 318 e 319).....	170
2.3.13.3.1.	Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias (Art. 319, I).....	170
2.3.13.3.2.	Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias (Art. 319, II).....	171
2.3.13.4.	Regras de Funcionamento dos Órgãos Colegiados (Art. 320).....	171
2.3.13.5.	Fiscalização e Lançamento de Ofício (Art. 324 a 327).....	172
2.3.13.6.	Procedimento Fiscal Padronizado (Art. 328 a 331).....	172
2.3.13.6.1.	Início do Procedimento Fiscal (Art. 328).....	173
2.3.13.6.2.	Ações que Preservam a Espontaneidade (Art. 329).....	173
2.3.13.6.3.	Formalização do Lançamento (Art. 330 e 331).....	173
2.3.13.7.	Atos Conjuntos e Normas Vinculantes (Art. 323)	174
2.3.13.8.	Implicações Práticas para o Processo Administrativo Tributário	174

2.3.13.9.	Considerações e Desafios de Implementação.....	175
2.3.13.10.	O Contencioso Administrativo do IBS no PLP 108/2024.....	175
2.3.13.10.1.	Princípios orientadores do Contencioso Adminis- trativo.....	175
2.3.13.10.2.	Estrutura Digital e Procedimentos Eletrônicos.....	176
2.3.13.10.3.	Prazos e Contagem de Tempo.....	176
2.3.13.10.4.	Organização das Instâncias de Julgamento.....	177
2.3.13.10.5.	Recursos e Meios de Impugnação.....	178
2.3.13.10.6.	Precedentes Vinculantes e Segurança Jurídica.....	178
2.3.13.10.7.	Representação Fazendária e Defesa do Contri- buinte	179
2.3.13.10.8.	Inovações Procedimentais.....	179
2.3.13.10.9.	Considerações sobre o Contencioso do IBS.....	179

CAPÍTULO 3 – AÇÕES EXACIONAIS 181

3.1.	EXECUÇÃO FISCAL.....	181
3.1.1.	A Execução Fiscal como Instrumento Arrecadatório	181
3.1.2.	Caráter social da Execução Fiscal: isonomia e igualdade.....	183
3.1.3.	Formação do título executivo – CDA (arts. 1º a 3º).....	188
3.1.4.	Microssistema da Lei de Execução Fiscal e o princípio da especialidade	188
3.1.5.	Aprofundamento: nova lei de execução fiscal e o CPF/CNPJ do devedor	192
3.1.6.	A Teoria do Diálogo das Fontes: celeridade e efetividade.....	192
3.1.7.	Aprofundamento – Possibilidade de suspensão de passaporte/CNH pela Fazenda na execução fiscal: uma análise moral, jurídica e sistemática do HC 453870 julgado pelo STJ.....	197
3.1.8.	Inscrição em dívida ativa – CDA.....	209
3.1.8.1.	Conceito	209
3.1.8.2.	Execução Fiscal: crédito tributário e não tributário	211
3.1.8.3.	Inclusão de Encargos na Dívida Ativa	213
3.1.8.4.	Inscrição em dívida ativa e os seus efeitos	213
3.1.8.5.	Suspensão do prazo prescricional aplicada somente aos créditos não tributários.....	218
3.1.8.6.	Projeto de Lei 2.488/2022 – controle de legalidade	219
3.1.9.	Créditos que são inscritos em dívida ativa.....	220
3.1.9.1.	Créditos Tributários	220
3.1.9.2.	Créditos não tributários.....	220
3.1.9.3.	Aprofundamento – Multa Penal.....	234
3.1.10.	Créditos que não são inscritos em dívida ativa.....	242

3.1.11.	Elementos do termo de inscrição em dívida ativa.....	251
3.1.12.	Emenda da CDA.....	258
3.1.12.1.	Aprofundamento – pergunta-se: e caso quando proposta a execução fiscal o devedor já era falecido, pode substituir a CDA para fazer constar que a execução fiscal deve ser em face do espólio ou dos herdeiros?.....	265
3.1.12.2.	Aprofundamento: desnecessidade de alteração da CDA quando ocorre sucessão empresarial sem informar oportunamente ao fisco.....	269
3.1.13.	Efeitos práticos da inscrição em dívida ativa	274
3.1.13.1.	Aprofundamento: Fraude à execução.....	280
3.1.13.2.	Aprofundamento: Protesto extrajudicial – LC 208/2024 – Interrupção do prazo prescricional.....	304
3.1.13.3.	Aprofundamento: Operação de venda definitiva de patrimônio público ou “cessão de direitos creditórios” da Fazenda Pública – “Venda da CDA”	310
3.1.14.	Análise crítica da LC 208/2024.....	317
3.1.15.	Presunção de Certeza e Liquidez (art. 3º)	322
3.1.16.	Teoria da carga dinâmica do ônus da prova.....	323
3.1.17.	Outros julgados relevantes sobre a inscrição em dívida ativa.....	324
3.1.18.	Competência (art. 5º).....	330
3.1.18.1.	Princípio da Perpetuação da Jurisdição.....	330
3.1.18.2.	Breve resumo.....	331
3.1.18.3.	Do fim da competência federal delegada.....	333
3.1.18.4.	Do foro competente para a execução fiscal e para as ações em que Estados e Distrito Federal figurem como partes (art. 46, § 5º, e art. 52, caput e parágrafo único) – STF	338
3.1.18.5.	Outros temas relacionados à competência	341
3.1.18.6.	Competência Territorial e Material	341
3.1.18.7.	Declinação de Competência.....	342
3.1.19.	Conexão de Ações	342
3.1.20.	Legitimidade ativa e passiva (art. 4º)	345
3.1.20.1.	Legitimidade ativa.....	345
3.1.20.1.1.	Aprofundamento: Legitimidade do Ministério Público em execuções fiscais e relevância social.....	382
3.1.20.2.	Legitimidade Passiva.....	383
3.1.20.3.	Ônus da Prova	386
3.1.20.4.	Quanto ao art. 4º. I – o devedor	388
3.1.20.4.1.	Execução de Empresas Individuais.....	388
3.1.20.5.	Quanto ao inciso II – o fiador	391

3.1.20.6.	Quanto ao inciso III – espólio – e ao inciso VI – sucessores.....	393
3.1.20.6.1.	Aprofundamento: Obrigação da Fazenda de identificar o representante do espólio na inicial da execução fiscal (Info 832/STJ – AREsp 2.670.058/TO).....	400
3.1.20.6.2.	Sucessão “regular” do Devedor – pessoa jurídica.....	401
3.1.20.6.3.	Distrato Social.....	401
3.1.20.6.4.	Fusão ou Incorporação.....	403
3.1.20.6.5.	Alienação de Fundo de Comércio.....	403
3.1.20.6.6.	Quanto ao inciso IV – a massa	403
3.1.20.6.7.	Quanto ao inciso V – o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado:.....	404
3.1.20.6.8.	Redirecionamento da execução fiscal.....	405
3.1.20.6.9.	Situações que Justificam o Redirecionamento	405
3.1.21.	Aprofundamento – (In)compatibilidade do Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Fiscal	426
3.1.22.	Direto ao ponto quanto às conclusões e unanimidades	436
3.1.22.1.	Aprofundamento – responsabilidade de grupos econômicos – Art. 124 do CTN.....	439
3.1.23.	Breve resumo de tudo – hipóteses em que se admite o redirecionamento.....	446
3.1.24.	Breve resumo de tudo – hipóteses em que não se admite o redirecionamento.....	448
3.1.25.	Projeto de Lei 2.488/2022 – redirecionamento e IDPJ	448
3.1.26.	Fluxo do Processo Judicial Tributário e esquemas.....	449
3.1.26.1.	Petição Inicial e Execução da CDA	451
3.1.26.2.	Presunção de Liquidez e Certeza.....	451
3.1.26.3.	Fluxo da obrigação tributária.....	451
3.1.27.	Da petição inicial (art. 6º)	452
3.1.27.1.	Aprofundamento: Ajuizamento seletivo para a propositura da execução fiscal federal.....	455
3.1.27.2.	Aprofundamento: Requisitos para a execução fiscal de “pequeno valor” – extinção pelo Poder Judiciário	456
3.1.27.3.	Aprofundamento crítico.....	462
3.1.27.4.	Do projeto de Lei 2.488/2022	469
3.1.28.	Da citação (arts. 7º e 8º)	473
3.1.28.1.	Despacho do juiz (art. 7º da LEF).....	474
3.1.28.2.	Fixação de Honorários Advocatícios.....	475
3.1.28.3.	Interrupção da Prescrição pelo Despacho de Citação	477
3.1.28.4.	Modalidades de Citação	478

3.1.28.4.1.	Aprofundamento: Citação por AR na Execução Fiscal – Desnecessidade de Assinatura Pessoal.....	480
3.1.28.5.	Nomeação de Curador Especial	481
3.1.28.6.	Executado Domiciliado no Exterior	482
3.1.29.	Garantia e penhora nas execuções fiscais (arts. 9º a 15)	482
3.1.29.1.	Depósito em dinheiro	483
3.1.29.2.	Fiança Bancária ou Seguro Garantia.....	484
3.1.29.2.1.	Aprofundamento: (Im)possibilidade de seguro garantia e fiança bancária suspenderem a exigibilidade de créditos tributários e não tributários.....	491
3.1.29.3.	Indicação de bens à penhora e aceitação de bens pela Fazenda Pública	496
3.1.30.	Penhora (art. 10)	497
3.1.31.	Ordem de Penhora, intimação e substituição dos bens penhorados (arts. 11 a 15)	498
3.1.32.	Entendimentos jurisprudenciais sobre a penhora de bens.....	503
3.1.33.	Substituição dos bens penhorados (art. 15).....	545
3.1.34.	Julgados relevantes.....	549
3.1.35.	Defesa do executado (arts. 16 a 18)	554
3.1.35.1.	A defesa do executado na execução fiscal – Embargos à Execução Fiscal.....	555
3.1.35.2.	Natureza Jurídica.....	556
3.1.35.3.	Cabimento	557
3.1.35.4.	Garantia do Juízo: Condição de Procedibilidade dos Embargos à Execução Fiscal.....	560
3.1.35.5.	Admissibilidade dos Embargos em caso de penhora insuficiente.....	561
3.1.35.6.	Exceção: comprovação inequívoca de hipossuficiência patrimonial	563
3.1.35.6.1.	Aprofundamento: O simples fato de ser beneficiário da justiça gratuita não dispensa, por si só, a garantia de apresentar os embargos à execução fiscal	565
3.1.35.6.2.	Aprofundamento: Embargos à execução opostos por curador especial. Dispensa do oferecimento de garantia.....	565
3.1.35.7.	Termo Inicial para os Embargos à Execução Fiscal – Tempestividade da Oposição	566
3.1.35.7.1.	Aprofundamento: Prazo para embargos à execução fiscal e o aceite judicial do seguro garantia – REsp 2.185.262-RJ (Info 838).....	569
3.1.35.8.	Diferença entre os Embargos do Devedor e Embargos à Execução Fiscal.....	570

3.1.35.9.	Múltiplas Penhoras e o Início do Prazo para Embargos.....	570
3.1.35.10.	Prazo para Embargar nos Casos de Execução por Carta Preca- tória.....	570
3.1.35.11.	Reabertura do Prazo para Embargos.....	570
3.1.35.12.	Prazo para Embargar nos Casos de Múltiplos Executados.....	571
3.1.35.13.	Prazo para Embargar sem a Necessidade de Garantia Prévia	571
3.1.35.14.	Aprofundamento: O prazo para Embargar para empresas falidas e as Alterações da Lei de Recuperações e Falências.....	572
3.1.35.15.	Efeito Suspensivo dos Embargos e Aplicação Subsidiária do CPC...	574
3.1.35.16.	A Amplitude da discussão em sede de Embargos.....	578
3.1.35.17.	Matérias Vedadas em Sede de Embargos	580
3.1.35.17.1.	Aprofundamento: O pedido de habilitação de cré- ditos apresentado ao fisco acarreta a suspensão do prazo prescricional para o pleito compensatório.....	582
3.1.35.18.	Honorários na Lei de Execução Fiscal (art. 26).....	585
3.1.35.18.1.	Aprofundamento: Possibilidade de aplicação do princípio da equidade e proporcionalidade, previsto no art. 85, § 8º, do CPC, para afastar a fixação de honorários advocatícios em valor exorbitante (Tema 1255 do STF)	586
3.1.35.19.	As provas a serem produzidas: a obrigação do Embargante.....	592
3.1.35.20.	A ausência de impugnação aos Embargos e os efeitos da revelia.....	593
3.1.36.	A Sentença e a Esfera Recursal na Execução Fiscal.....	594
3.1.36.1.	A Sentença nos Embargos.....	594
3.1.36.2.	Recursos Contra a Sentença.....	594
3.1.36.2.1.	Agravo de Instrumento	595
3.1.36.2.2.	Remessa necessária	595
3.1.36.3.	Embargos Infringentes de Alçada.....	598
3.1.37.	Exceção de pré-executividade.....	602
3.1.37.1.	Conceito, Histórico e Natureza Jurídica da Exceção de Pré-Exe- cutividade.....	603
3.1.37.2.	Objeto e Hipóteses de Cabimento	604
3.1.37.3.	Procedimento.....	609
3.1.37.4.	Cabimento de Honorários.....	610
3.1.37.5.	Aprofundamento: Crítica ao alargamento e uso abusivo da Ex- ceção de Pré-Executividade nas Execuções Fiscais.....	618
3.1.37.6.	Outras jurisprudências relevantes sobre os meios de defesa	620
3.1.37.7.	Aprofundamento: É cabível exceção de pré-executividade após o julgamento de embargos à execução fiscal? (REsp 2.130.489-RJ vs 2.045.492-RJ – divergência).....	630

3.1.38.	Demais disposições sobre execução fiscal (arts. 19 ao 41).....	631
3.1.38.1.	Alienação Antecipada.....	633
3.1.38.2.	Arrematação por preço vil.....	636
3.1.38.3.	Parcelamento da Arrematação.....	636
3.1.38.4.	Alienação por iniciativa particular	637
3.1.38.5.	Jurisprudência	640
3.1.38.6.	Adjudicação: Aspectos e Aplicações.....	642
3.1.38.6.1.	Jurisprudência	644
3.1.38.7.	Natureza da Decisão de Primeira Instância.....	645
3.1.38.8.	Condenação em Honorários.....	646
3.1.38.9.	Requisitos para a Reunião de Processos	650
3.1.38.10.	O concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público	651
3.1.38.10.1.	Aprofundamento: consequências do julgamento da ADPF 357.....	654
3.1.38.11.	O concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público e a questão dos honorários advocatícios.....	655
3.1.38.11.1.	A tese fixada pelo STF no Tema 1.220.....	655
3.1.38.11.2.	Fundamentos da decisão.....	656
3.1.38.11.3.	Divergência vencida.....	656
3.1.38.11.4.	Consequências práticas da decisão	657
3.1.39.	Recuperação Judicial e Falência – impactos e a relação com a Execução Fiscal.....	657
3.1.39.1.	Execução Fiscal e os Processos de Falência e Recuperação Judicial.....	658
3.1.39.1.1.	Falência	658
3.1.39.1.2.	Execução Fiscal Autônoma.....	662
3.1.39.1.3.	Competência para Classificação de Créditos e Possibilidade de Redirecionamento.....	663
3.1.39.1.4.	Suspensão da Execução Fiscal.....	669
3.1.39.1.5.	Art. 191 do CTN: Extinção das Obrigações do Falido.....	673
3.1.39.1.6.	Repercussões da Decretação da Falência nos Privilégios e na Exigibilidade do Crédito Fiscal.....	674
3.1.39.1.7.	Prescrição Ordinária e Intercorrente na Execução Fiscal em Face de Massa Falida.....	676
3.1.39.1.8.	Execução Fiscal x Recuperação Judicial	678
3.1.39.1.9.	Aprofundamento: Penhora de bens de empresa em recuperação judicial – delimitação de competências após a Lei n. 14.112/2020	684

3.1.39.1.10.	Em resumo.....	686
3.1.40.	Art. 38: Discussão Judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública	688
3.1.40.1.	Mandado de Segurança	689
3.1.40.2.	Ação Anulatória e Ação Declaratória	690
3.1.40.3.	Ação de Repetição de Indébito.....	690
3.1.40.4.	Isenção de emolumentos cartorários.....	691
3.1.40.5.	Isenção de Atos Judiciais.....	692
3.1.40.6.	Ressarcimento de Custas	692
3.1.41.	Prescrição intercorrente da execução fiscal.....	696
3.1.41.1.	Aprofundamento: Casos especiais	715
3.1.41.2.	Aprofundamento: Interrupção da prescrição intercorrente por bloqueio de bens via SISBAJUD ou CNIB – Info 839/STJ.....	716
3.1.42.	Julgados relevantes em execução fiscal:.....	717
3.1.43.	Principais Novidades do Projeto de Lei 2.488/2022 em Relação à Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980)	733
3.2.	MEDIDA CAUTELAR FISCAL.....	735
3.2.1.	Medida Cautelar Fiscal: Noções Gerais	736
3.2.2.	Fundamentos da Medida Cautelar Fiscal	737
3.2.3.	Legitimidade Ativa.....	737
3.2.4.	Espécies de Medidas Cautelares Fiscais.....	738
3.2.5.	Medida Cautelar Fiscal Sem Crédito Constituído: exceções.....	738
3.2.5.1.	Taxatividade	743
3.2.5.2.	Ônus da Prova.....	743
3.2.5.3.	Créditos Suspensos e jurisprudência.....	743
3.2.5.4.	Art. 2º da Lei 8.397/1992: Medida Cautelar Fiscal – Sujeito Passivo e grupos econômicos	745
3.2.6.	Medida Cautelar Fiscal Contra a Fazenda Pública.....	750
3.2.6.1.	Autonomia das Hipóteses de Cabimento e breves comentários aos incisos do art. 2º.....	751
3.2.7.	Art. 3º – Requisitos para Concessão da Medida Cautelar Fiscal.....	757
3.2.7.1.	Necessidade de Concessão da Liminar	757
3.2.7.2.	Recurso Cabível.....	757
3.2.7.3.	Requisitos para Concessão da Liminar	757
3.2.8.	Art. 4º – Efeitos da Decretação da Medida Cautelar Fiscal.....	758
3.2.8.1.	Limites e responsabilidade.....	758
3.2.9.	Competência	760
3.2.10.	Art. 6º Requisitos da petição inicial – necessidade de fundamentação	762
3.2.11.	Citação.....	764

3.2.11.1.	Art. 9º – Revelia.....	764
3.2.11.2.	Intimação para Conciliação ou Mediação.....	765
3.2.12.	Prazo para Propor Medida Cautelar Fiscal Preparatória.....	766
3.2.13.	Tratamento no CPC.....	766
3.2.13.1.	Natureza do Prazo.....	767
3.2.13.2.	Início do Prazo e Exigibilidade Administrativa.....	767
3.2.13.3.	Ausência de prazo em Dobro	768
3.2.14.	Pendência da Eficácia – art. 13.....	768
3.2.15.	Revogação da Medida Cautelar Fiscal	768
3.2.16.	Eficácia na Suspensão do Crédito Fiscal.....	769
3.2.17.	Apensamento da Ação Cautelar	771
3.2.18.	Efeitos, na Execução Fiscal, do Indeferimento da Medida Cautelar Fiscal (artigo 15).....	771
3.2.19.	Inexistência de Coisa Julgada Material na Medida Cautelar Fiscal e Efeitos na Execução Fiscal – art. 16	773
3.2.20.	Apelação na Medida Cautelar Fiscal.....	774

CAPÍTULO 4 – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO – AÇÕES ANTIEXACIONAIS 775

4.1.	AÇÃO ANULATÓRIA.....	775
4.1.1.	Distinções entre Ação Anulatória, Ação Declaratória e Ação de Repetição de Indébito.....	776
4.1.2.	Tipos e características da ação anulatória	778
4.1.3.	Competência para Ação Anulatória	780
4.1.4.	Ação Anulatória Proposta em Vara Comum e Criação Posterior de Vara Especializada em Execuções Fiscais.....	782
4.1.5.	Ação Anulatória vs Embargos à Execução Fiscal.....	783
4.1.6.	Prescrição.....	785
4.1.7.	Depósito Preparatório e Suspensão Da Exigibilidade Do Crédito Tributário	788
4.1.8.	Outras Hipóteses de Suspensão	790
4.1.9.	Jurisprudências relevantes:	791
4.2.	AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO.....	793
4.3.	APROFUNDAMENTO: DIREITO À RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS CUJO RECOLHIMENTO INDEVIDO TENHA SIDO COMPROVADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	809
4.4.	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	810
4.4.1.	Aprofundamento: Requisitos para a ação de consignação em pagamento com base no art. 164, III, do CTN	812
4.4.2.	Necessidade de depósito integral do crédito tributário	812

4.5.	AÇÃO DECLARATÓRIA.....	815
4.5.1.	Diferença entre Ação Declaratória Pura e Ação Declaratória Mista.....	815
4.5.2.	A Ação Declaratória e o Art. 38 da Lei de Execuções Fiscais.....	816
4.5.3.	Ação declaratória de inexistência de relação jurídica – interesse de agir	816
4.5.4.	Lançamento para Prevenir Decadência.....	818
4.5.5.	Ação Declaratória Incidental.....	821
4.6.	OFERECIMENTO CAUTELAR DE CAUÇÃO	822
4.7.	MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	826
4.7.1.	As características do MS.....	827
4.7.1.1.	Aprofundamento: O mandado de segurança não é o instrumento processual adequado para o controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos.....	832
4.7.2.	Vedação à concessão de liminar	847
4.7.2.1.	Aprofundamento: direito à compensação na visão do STJ – Parte 1	849
4.7.3.	Prova Pré-constituída	852
4.7.3.1.	Aprofundamento: direito à compensação na visão do STJ – Parte 2 – limites e possibilidades – com base no REsp n. 2.135.870/SP857	857
4.7.4.	Uso abusivo do Mandado de Segurança	861
4.7.5.	Desistência em Mandado de Segurança	862
4.7.6.	(In)viabilidade de intervenção em processo de MS.....	864
4.7.7.	Falecimento da Parte em Mandado de Segurança	865
4.7.8.	Julgados relevantes.....	866
4.8.	AÇÕES COLETIVAS: LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES NAS DEMANDAS TRIBUTÁRIAS ENVOLVENDO DIREITOS DOS ASSOCIADOS.....	873
4.8.1.	Ação tributária antiexaccional proposta por associação em defesa de direitos dos associados	873
4.8.2.	Limitações das ações coletivas	887
4.8.3.	Execução do julgado nas ações coletivas.....	887
4.8.3.1.	Limites territoriais da eficácia subjetiva em ações propostas por sindicatos estaduais (Tema 1130 do STJ).....	888
4.8.4.	Honorários Sucumbenciais em ações coletivas em face da Fazenda Pública: Manutenção do entendimento da Súmula nº 345 do STJ	889
4.9.	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	891
4.9.1.	Legitimidade Ativa e requisitos.....	891
4.9.2.	Direitos Protegidos pelo Writ Coletivo.....	892
4.9.3.	A Coisa Julgada no Writ Coletivo	892
4.9.4.	Procedimentos e divergências da Coisa Julgada Coletiva.....	893
4.9.5.	A Execução Individual do Julgado Coletivo.....	894

4.10. CESSAÇÃO DA EFICÁCIA DA COISA JULGADA	899
4.10.1. Aprofundamento: Ação rescisória e a adequação ao Tema 69/STF- Flexibilização da coisa julgada e a interpretação do art. 535, § 8º, do CPC (REsp 2.054.759-RS e REsp 2.066.696-RS)	910
4.10.2. Ação Rescisória e Decisões do STF: Nova Baliza Temporal para Desconstituição da Coisa Julgada	913
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	917